



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINHAIS

MUNICÍPIO DE VINHAIS

Acta da Sessão Ordinária realizada em 2007/12/20

Aos vinte dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e sete, nesta Vila de Vinhais no Auditório da Casa do Povo, às catorze horas e cinquenta minutos, foi declarada aberta a quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída da forma seguinte:

PRESIDENTE: Nuno José S. Teixeira da Costa Gomes;

1.º SECRETÁRIO: Eduardo Vicente Roxo;

2.º SECRETÁRIO: Eduardo Manuel Martins Rodrigues.

Apresentaram justificação de falta os membros, Luís Alberto Piçarra, Miguel Joaquim Linhas, Duarte Nuno Pires, António Augusto Gonçalves e Ruben Ramiro Carvalho Gomes de Almeida.

Faltaram sem apresentar justificação os membros, José Maria Ribas e António João Margarido Alves pelo que a falta lhes foi considerada injustificada.

Verificada que foi a existência de quorum, procedeu-se ao início da sessão, cuja ordem de trabalhos era do teor seguinte:

- 1 - Período de Antes da Ordem do Dia.
- 2 - Ordem do Dia.
 - 2.1 – Apreciação e votação da acta da sessão anterior;
 - 2.2 – Leitura resumida do expediente;

- 2.3 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;
- 2.4– Período de intervenções;
- 2.5 – Aprovação do projecto de Regulamento Municipal para Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Vinhais;
- 2.6 – Aprovação de Alterações ao Regulamento Municipal de Venda Ambulante;
- 2.7 – Aprovação de Alterações ao Regulamento Municipal de Actividade de Comércio e Retalho Exercida por Feirantes;
- 2.8 – Art.º 20.º da Lei das Finanças Locais - Participação variável no IRS;
- 2.9 – Aprovação do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2008.
- 3 – Período reservado ao Público.

1 - Período de Antes da Ordem do Dia.

Iniciou a sessão, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, dando conta dos assuntos a tratar, e alertou para o facto de se tentar cumprir os tempos para as intervenções previstos no regimento da Assembleia.

Dito isto, passou de imediato ao período de intervenções.

Solicitaram o uso da palavra os Senhores membros a seguir indicados:

- Carlos Costa;
- António Miguel;
- Octávio Ferro;
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais;
- Carlos Abel.

Tomou a palavra o membro Carlos Costa que iniciou por cumprimentar todos os presentes, desejando um Feliz Natal e um Bom Ano Novo.

Referindo-se aos tempos previstos no regimento, e ao rigor anunciado pelo Senhor Presidente da Assembleia, em exercício, informou que ao Senhor Presidente da Câmara, não é permitido falar no período de Antes da Ordem do Dia.

Passou a referir que, teve conhecimento na última Assembleia Municipal que o Senhor Presidente da Câmara, iria ser novamente candidato à Câmara Municipal, tendo assistido ao primeiro comício da campanha do Senhor Presidente. Referiu que não

querendo ofender a pessoa do Senhor Presidente, a ideia que lhe transpareceu foi a de um vendedor de carradas, porque mesmo a vender, um mau produto consegue passar a mensagem. Continuou referindo, que naquele momento estavam a inaugurar um Centro de Dia, pelo Programa PARES, programa esse que veio financiar os Lares. Lares esses que o Senhor Presidente da Câmara se comprometeu a fazer três, aquando da sua campanha eleitoral.

Referindo-se concretamente ao caso de Rebordelo, lembrou que, o Programa PARES anteriormente tentado, nada trouxe para o concelho. Tendo na altura questionado o Senhor Presidente da Câmara, a resposta que obteve foi que, da próxima vez, iria ser para valer.

Informou ainda que, foi tornado público, há pouco tempo atrás, que o Programa PARES mais uma vez, nada vai trazer para o concelho.

Ainda sobre o Lar de Rebordelo, questionou o Senhor Presidente, sobre qual a data de iniciação da obra, quando termina, e se irá executar a obra, tal como prometeu às populações de Rebordelo, durante o seu mandato, ou se pelo contrário, vai iniciar a obra, para depois em dois mil e nove, voltar lá para pedir os votos dizendo: Não acabei, mas comecei!

Ainda sobre esta questão, solicitou esclarecimentos para que efeito será o referido Lar. Se irá ser para as pessoas pobres, ou apenas para atender os ricos, porque é sua convicção que, se o Lar não for financiado pelo Programa PARES, não irá poder albergar todas as pessoas que necessitam.

Antes de terminar, informou que o concelho de Vinhais é o último concelho no distrito de Bragança, no que diz respeito aos apoios à terceira-idade e aos mais desfavorecidos. Concluiu este assunto afirmando que, o concelho de Vinhais, é um dos cinco últimos, do país, devendo por isso, este assunto, ser ouvido com atenção pelo Senhor Presidente da Câmara.

Quanto ao facto de o Governo não financiar, e no que diz respeito aos cuidados de saúde, referiu que nem tudo será mau, porque talvez em dois mil e nove, ou dois mil e dez, na altura que o Programa PARES voltar, o Senhor Primeiro Ministro, Senhor Engenheiro José Sócrates, já não estará como Primeiro Ministro, nem o Senhor Presidente, Doutor Américo Pereira, estará como Presidente de Câmara.

Quanto à questão das estradas, lembrou que, o Senhor Primeiro Ministro veio ao distrito de Bragança, para lançar mais uma vez, as tão faladas estradas, A4, IC5, IP2, tendo na linha da frente, o Senhor Presidente da Câmara a aplaudir.

Passou a esclarecer que, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse numa reunião de Câmara, não foi o Senhor Primeiro Ministro que lançou as três obras, porque quem as lançou foi o Senhor Doutor Santana Lopes, em Setembro de dois mil e quatro.

Referiu que, não está em causa quem lança as obras, quem as vai adjudicar ou quem as vai concluir. Em sua opinião o que importa, é aplaudir quando algum governante vem ao distrito trazer alguma coisa, logo na primeira linha.

Referiu que hoje em dia, não trazem nada, apenas vêm mentir, faltar à verdade aos transmontanos, quando no resto do país, já não faltam estradas para fazer.

Concluiu que Bragança é o único distrito do país, sem um único quilómetro de auto-estrada, daí poder dizer, que Vinhais irá ser o único concelho isolado, sem uma via rápida.

Terminou esta questão referindo que, se o Senhor Presidente na devida, altura tivesse dito aos Vinhaenses que, não iria trazer para Vinhais o IP2, com toda a certeza que não estaria neste momento, sentado no sítio onde se encontra. Nessa altura tinha muitas portas abertas, mas hoje parece que se lhe fecharam todas.

Quanto à questão do Orçamento de Estado de dois mil e sete e dois mil e oito já aprovado, referiu que, dele faz parte, a rectificação ao Decreto-Lei onde se prevê que, sejam rectificadas alguns itinerários. Aquando da visita do Senhor Primeiro Ministro ao concelho, referiu que foi pedido ao Senhor deputado Adão Silva, que fizesse um requerimento ao Senhor Ministro, perguntando se a razão de o IP2 não ir para o Portelo, se devia ao facto de vir para Vinhais. Mas não se veio a confirmar.

Tomou a palavra o membro António Miguel que iniciou por cumprimentar todos os presentes, desejando também um Feliz Natal e um Bom Ano Novo a todos os ali presentes. Passou a referir que a sua intervenção tinha por finalidade fazer uma pequena lembrança relacionada com as taxas do IMI.

Relembrou a todos os ali presentes, que em Dezembro do ano de dois mil e cinco, o PSD levantou um problema, definido na altura pelo Doutor Armando Vara que presidia à Assembleia Municipal, como uma pequena irregularidade, relacionado com a cobrança do IMI. Nessa altura, o Senhor Presidente da Assembleia, secundado depois pelo Senhor Presidente da Câmara, rebateram a ideia dizendo que se tratava de uma pequena irregularidade e que seria sanada nessa mesma Assembleia de Dezembro,

acrescentando que se alguma coisa de grave acontecesse a culpa seria do PSD, por ter denunciado o caso.

Dito isto, referiu que, tanto o Senhor Presidente da Assembleia, como o Senhor Presidente da Câmara, esqueceram os contribuintes de Vinhais e os Vinhaenses, que têm os seus direitos salvaguardados pela Lei de cobrança do IMI.

Terminou lembrando que esta oposição não é desgarrada e que até ao momento teve sempre razão nos casos que levantou, ou seja, os casos apresentados por esta oposição são fundamentados e as suas posições são sempre do interesse dos Vinhaenses.

Tomou a palavra o membro Octávio Ferro, que iniciou por cumprimentar todos presentes, e passou a referir que, pretendia apenas num primeiro momento, e em nome pessoal, lamentar a política demagógica da bancada do PSD na Assembleia, porque é lamentável a sua política da crítica do bota-abaixo, sem apresentarem alternativas viáveis.

Lamentou que criticam tudo aquilo que os outros fazem, sem apresentarem alternativas válidas.

Em segundo lugar, felicitou a Câmara Municipal pela dinâmica de obras que se está a realizar em todo o concelho. Apesar de discordar de algumas posições da Câmara Municipal, nomeadamente a nível da política da educação que, já manifestou ao Senhor Vereador Roberto Afonso, na devida altura.

A nível de obras e de políticas de saúde considerou que se está no bom caminho, e desta forma todos vão contribuir para o bem-estar do concelho de Vinhais.

Contrariamente aquilo que foi dito, manifestou a sua convicção garantindo que, tanto o Senhor Engenheiro Sócrates como o Doutor Américo, vão continuar depois de dois mil e nove.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, desejando Boas Festas e felicidades para todos os ali presentes.

Referiu que, a sua intervenção, se devia ao facto de, querer manifestar meia dúzia de pontos, que resultam da Lei anteriormente comentada, e que satisfaz tanto a Junta de Freguesia, como aqueles que tem residência em Vinhais e nas zonas do interior.

Relativamente à intervenção prestada pelo membro Carlos Costa, referiu que tem opinião contrária, porque as coisas que são boas e positivas devem ser louvadas.

Passou a informar, que existem três assuntos importantíssimos, relacionados com impostos e com benefícios fiscais, para os residentes em Vinhais e nas zonas do interior. Porque cada vez mais, a política central, está virada para dar competências às autarquias. Considerou ser uma política certa, porque são as pessoas que estão perto, que gerem melhor, e que melhor conhecem as dificuldades.

Referiu-se à Lei das Autarquias Locais, anunciando que pela primeira vez, foram dadas competências às Câmaras para decidir o que fazer com os cinco por cento do orçamento das receitas, cobradas em efeitos de IRS, ou seja, deram poder para decidir a forma como a distribuição poderá ser feita, pelas pessoas que descontam, pelas que não descontam, e a forma como essa receita poderá vir a ser aplicada, através do investimento que, possa vir dessa receita dos cinco por cento.

Referindo-se à proposta apresentada pela Câmara, declarou que, se trata de criar um benefício para os residentes, de dois e meio por cento, sendo que os outros dois e meio por cento, serão revertidos a favor da Câmara, que com toda a certeza irá investir em políticas sociais, porque é para isso que todos os contribuintes fazem os seus descontos.

De seguida congratulou-se com a receita que recebeu, que não tinha previsto, mas que apareceu. Referia-se à taxa do IMI, informando que cinquenta por cento das receitas arrecadadas em termos de IMI, reverte a favor da Junta de Freguesia. Em sua opinião, é já tempo de o Estado ajudar nas compensações, pelos trabalhos que são desempenhados.

Relativamente ao orçamento do Estado para dois mil e oito, referiu que no apoio ao investimento das empresas, instaladas no interior, e nas que se possam vir a instalar, existe uma redução das taxas, de vinte para quinze por cento das empresas já instaladas e de quinze para dez por cento do IRC, para as empresas que, possam vir a instalar-se na zona do interior.

Concluiu que são incentivos importantes, porque pela primeira vez foi regulamentado e transferido pelo poder central, onde os Vinhaenses ficam a beneficiar destas propostas, e destes benefícios, criados pelo poder central.

Quanto aos quatrocentos quilómetros de auto-estrada, declarou não se pode dizer que, já vinha de há cerca de quatro ou cinco anos, porque para si, tal não é importante. Referiu que este facto lhe fez lembrar o que acontecia na freguesia de Vinhais, ou seja, os projectos que estão em execução neste momento, já se falava neles há cerca de quatro anos, mas só agora estão a ser vistos.

Dito isto, lembrou que aquilo que o Senhor Ministro veio dizer relativamente à auto-estrada, não foi a apresentação da promessa de quatrocentos quilómetros, mas sim a regulamentação de quatrocentos quilómetros.

Deu razão ao membro Carlos Costa no que toca a serem necessárias melhores redes viárias e maior investimento.

Terminou referindo que quanto à política que se está a verificar é motivo para todos ficarem orgulhosos.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel que iniciou por desejar Boas Festas a todos os presentes, e passou de seguida a referir que não iria falar de política nesta sua intervenção, mas sim felicitar o Senhor Presidente da Câmara. Esta felicitação, deveu-se ao facto de na última sessão da Assembleia Municipal ter alertado para a existência de uns cartazes que, em sua opinião, não passam de propaganda pré-eleitoral, com dois anos de antecedência, e que não estando regulares no que toca ao que a lei impõe, alertou na altura o Senhor Presidente, sendo que recentemente verificou que foi bem sucedido na sua solicitação.

Passou a informar que o Senhor Presidente promoveu a aplicação dos cartazes legais, daí o motivo desta sua felicitação, sendo que desta forma o PSD não irá ser o mau da fita.

Um outro assunto que gostaria de ver tratado, e que o preocupa, prende-se com uma regulamentação que está feita deste a última legislatura camarária, e que diz respeito à atribuição de medalhas de mérito e de honra do concelho.

Enquanto grupo parlamentar e vereadores, apresentou uma proposta de atribuição de quatro medalhas de mérito, que em função na reunião de Câmara se irá decidir se serão atribuídas ou não.

Passou de seguida a enumerar e a justificar o porquê de terem sido escolhidas tais pessoas.

Passou a enumerar a Senhora D. Helena Ferreira, pelo trabalho prestado pelo concelho, e por ser uma pessoa portadora de muito mérito. Ao enumerar a Senhora D. Helena Ferreira pretendeu também dar uma contribuição muito positiva para a participação social e política, servindo também como uma homenagem às mulheres que se encontravam presentes na sessão da Assembleia.

Propôs também, pela dedicação que deu ao concelho, embora nele não residindo, o Senhor Engenheiro Sebastião Campilho.

Por uma questão de memória, propôs também a atribuição de duas medalhas de honra deste concelho, aos dois únicos presidentes ainda vivos do município, o Senhor Engenheiro Carlos Taveira e o Capitão Humberto José Sobrinho Alves, por serem duas pessoas que deram a este concelho, dentro das suas capacidades e limitações, tudo aquilo que puderam. Se não deram mais foi porque não puderam ou porque as circunstâncias não lhe permitiram.

Terminou referindo que gostaria de atribuir também uma medalha ao Senhor Presidente da Câmara, mas iria esperar por dois mil e nove para atribuir uma medalha ao ex-presidente de Câmara.

Terminados os pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa, em exercício, relativamente à questão do regimento da Assembleia referiu que o membro Carlos Costa na sua intervenção mostrou que tem vindo a trabalhar na função do regimento. Informou que o membro Carlos Costa ficou incumbido na última reunião da Comissão Permanente, de fazer essa revisão, em conjunto com um outro elemento da bancada do PS. Por essa razão, e enquanto o regimento não for alterado, e por uma questão de ética, iria passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, por lhe parecer que é de justiça que, possa vir a responder às cinco intervenções que foram proferidas.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar alguns esclarecimentos relacionados com as questões que lhe foram colocadas.

Ao membro Carlos Abel, referiu que em dois mil e nove, até poderá vir a ser um ex-presidente de Câmara, mas o membro Carlos Abel e o seu grupo muito restrito, em dois mil e dezanove, se continuarem as coisas que estão a decorrer, irão ser eternamente candidatos a presidente e vereadores de Câmara, mas nunca chegarão lá. Porque foi assim há doze anos, e irão ficar assim ainda mais uns anos. Sendo que, depois, quando vierem outros, muito dificilmente a sorte chegará ao PSD. Acrescentou ainda que, a idade dos membros em questão, quando deixar de ser presidente de Câmara, estará muito próxima da reforma.

Referiu também que, não consegue encontrar grande forma de um dia poder vir a condecorar o membro Carlos Abel como ex-presidente de Câmara, sendo que, nesse dia, também irá fazer as condecorações, apresentando uma proposta para condecorar todos aqueles eternos combatentes que, ao longo dos anos tentam ser presidentes e vereadores de Câmara, sendo eternamente candidatos a esses lugares.

Continuou referindo que em dois mil e nove será aquilo que o eleitorado quiser, que venha a ser. E acatará com toda a serenidade o veredicto dos eleitores.

Ainda sobre a questão das medalhas e condecorações informou o membro Carlos Abel que se trata de uma atitude nobre, podendo condecorar muita gente da terra, fazendo um destaque de várias personalidades, mas tem que ser escolhida a devida altura. Acrescentou que, a Câmara não vai fiada numa proposta demagógica, de alguém que pretende tirar dividendos políticos. Se viesse a aceitar uma proposta deste tipo, seria como dar um tiro num pé.

Relembrou mais uma vez, que assuntos sérios como este, devem antes ser discutidos em reunião da Comissão Permanente, sendo para isso que ganham as senhas de presença.

Antes de terminar e pegando na intervenção do membro Carlos Abel, referiu que não se riu da «piada» que o membro Carlos Abel disse, mas sim da maneira como a disse: Hoje não venho falar de política, porque venho dar os parabéns à Câmara. Dito isto, concluiu que, para o membro Carlos Abel fazer política, é exactamente falar mal da Câmara. Frisou novamente que, é por estas razões que o membro Carlos Abel, será sempre um eterno candidato a vereador da Câmara Municipal, tendo sempre um lugar garantido na oposição.

Ao membro Carlos Costa e no tocante ao Programa PARES, informou que iria falar nesse assunto mais tarde, aquando da sua intervenção.

Quanto à questão das estradas, referiu que o Governo português não necessita, e muito menos, o Senhor Primeiro Ministro, que o humilde Presidente da Câmara de Vinhais, insignificante institucionalmente, o defenda. Em sua opinião, houve apenas dois Primeiros Ministros a sério, em Portugal, foram eles o Senhor Doutor Professor Cavaco Silva e o Senhor Engenheiro António Guterres. Um por não ter dado nada a ninguém e o outro por ter dado tudo a todos, marcando o país.

Informou ainda que, o Senhor Engenheiro Sócrates fez aquilo que nenhum Ministro fez até hoje, ao permitir que cinco por cento do IRS das pessoas, fique para a Câmara ou para as próprias pessoas. Considerou ser um sinal claro, do quanto se preocupa com a fixação de quadros, na região do interior. Da mesma forma ao baixar as taxas do IRC para as empresas, permitiu fazer assim, uma discriminação positiva, e ainda com a publicação do diploma que permite, que cinquenta por cento do IMI, seja transferido para as juntas de freguesia. Considerou ser também uma atitude de justiça, que nenhum outro Ministro fez anteriormente.

Quanto ao lançamento de quatrocentos quilómetros de auto-estrada em Trás-os-Montes, considerou ser de facto uma grande obra. Relembrou que foi o Senhor Primeiro Ministro, José Sócrates, que veio a Bragança, dizer que iria começar o concurso para estas obras. Referiu sobre esta questão que, teria ficado mais contente se passa-se em Vinhais, mas sabe que obedecem ao plano rodoviário «dois mil», que é o que está aprovado. Prometeu vir a fazer tudo, o que possa estar ao seu alcance, no sentido de na próxima revisão do plano rodoviário, este seja alterado para que Vinhais, Vimioso e Freixo, que não são atravessados pelo plano, possam também vir a ser consagrados. Concluiu afirmando que existem outras soluções que estão a ser equacionadas.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício, agradeceu a intervenção prestada e abriu novo período de intervenções.

Inscreveram-se os Senhores membros seguintes:

- Carlos Costa;
- António Miguel;
- Carlos Abel;
- Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde;

Tomou a palavra o membro Carlos Costa para prestar esclarecimentos relacionados com a política do Governo. Passou a referir que sempre concordou com todas as medidas positivas independentemente do Governo em questão. Reconheceu que o Governo actual, tem mais medidas negativas do que positivas para o interior, ao contrário da opinião dada pelo Senhor Presidente de Câmara.

Relembrou que nos últimos doze anos, dez foram governados pelo Partido Socialista, sendo que, Portugal e o Interior nunca tiveram antes, resultados tão negativos como neste momento.

Relembrou mais uma vez que quem lançou as três estradas, foi no dia dezasseis de Setembro de dois mil e quatro, o Senhor Primeiro Ministro Santana Lopes.

Quanto ao facto de o Senhor Primeiro Ministro ter vindo ao Distrito de Bragança, pela segunda vez, lançar a obra, não discorda, apenas considera que já deveria ter sido feita há mais tempo.

Questionou o Senhor Presidente de Câmara o porquê de a estrada de Bragança não ter sido feita, aquando da construção da estrada da Guarda. Antes de terminar referiu que todos sabem que a maior parte do trânsito que antigamente circulava entre Vinhais e

Chaves, neste momento vai pela IP4. Considerou este, um bom exemplo de que Vinhais vai ficando isolado.

Quanto ao facto de o Senhor Presidente ter destacado dois primeiros ministros, como os melhores, a sua opinião referente ao Engenheiro José Sócrates é de que vai ficar conhecido no interior, como o pior Primeiro Ministro que, algum dia houve, deu o exemplo do fecho do Centro de saúde e de alguns serviços importantes do distrito, que em sua opinião, vão contribuir para perceber melhor o resultado que será em dois mil e nove.

Continuou referindo que os quatrocentos quilómetros de auto-estrada, já foram lançados muitas vezes, em muitos distritos, são bem-vindos, e se tivessem vindo antes, o distrito poderia estar mais desenvolvido. Em sua opinião, não podem comparar o concelho de Vinhais com o Concelho de Vimioso ou Freixo, pela dimensão do concelho, e pela distância. Por essa razão, critica o Senhor Presidente por não ter batido mais o pé, porque não ter feito críticas, ao contrário do que fizeram os presidentes de Câmara dos concelhos de Vimioso e Freixo. Referiu não compreender o porquê de o Senhor Presidente se contentar com a estrada Vinhais-Bragança.

Relembrou que numa Assembleia anterior, o Senhor Presidente, disse ao deputado Gonçalves, que seria melhor para Vinhais, a ponte de Soeira cair, não compreendendo por isso, o porquê, de o Senhor Presidente ter mudado rápido de opinião.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício aproveitou o momento para lembrar que o tempo previsto para o direito de resposta, deverá confinar-se a três minutos.

No tocante à questão da auto-estrada referiu que todos os membros presentes defendem um melhoramento do plano rodoviário do concelho. Desta forma, sugeriu que fosse feita uma moção, fazendo chegar a quem de direito a posição de todos os membros presentes.

Tomou a palavra o membro António Miguel referindo que pretendia apenas fazer um comentário à intervenção do membro Octávio Ferro, relacionado com as posições demagógicas da bancada do PSD. Questionou se foi a posição dos vencimentos, na qual tiveram razão, tendo sido devolvidos por essa razão, ou se foi pela posição do IMI que vem sendo devolvido depois de ter sido cobrado irregularmente ou ilegalmente.

Terminou referindo que não percebe o porquê, de terem sido consideradas posições demagógicas, as posições que a bancada do PSD tem assumido.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel e, no tocante à questão da proposta apresentada, referiu que a proposta não foi brincadeira, razão essa, pela qual, iria ser apresentada também numa reunião de Câmara, porque é intenção da bancada do PSD que, a gente nomeada seja distinguida num feriado Municipal ou na Assembleia Municipal. Quanto à decisão dos Senhores Vereadores, referiu que será aquela que bem entenderem. Referiu que um dos nomes foi Presidente de Câmara, pelo Partido Socialista, e apesar de ter havido divergências políticas, considerou que se trata de uma pessoa com mérito.

Terminou referindo que pretende andar pela política, muito para lá de dois mil e nove. Aquilo que, o Senhor Presidente se esqueceu de dizer, é que votou pela primeira vez em mil novecentos e setenta e cinco, chegando à Câmara em mil novecentos e noventa e quatro.

Acrescentou ainda que o Senhor Presidente pessoalizou um pouco, porque se pretendesse estar na lista de vereação, estaria lá de certeza. Frisou que sabe perfeitamente o que quer e por onde quer ir.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Vila Verde que iniciou por cumprimentar todos os membros presentes, tendo de seguida referido que os Senhores membros da oposição ainda não trouxeram ideias concretas.

Referindo-se ao assador que foi a Lisboa, como um bom exemplo daquilo que o Senhor Presidente tem vindo a fazer, lamentou o facto de a oposição não ter ido para assistir, e ver a alegria das pessoas, por estarem perto do maior assador do mundo. Acrescentou que as castanhas não chegaram para toda a gente, porque se comeu muito, não tendo sido culpa da Câmara.

Confrontado com risos de alguns membros, pediu que parassem de rir daquilo que está bem feito, sendo já hábito rirem-se do que se faz bem.

Solicitou ainda que, a oposição, fosse pelas aldeias ver as boas obras que a Câmara tem vindo a fazer. Quanto à vila, considerou estar um espelho, mas não está com a ajuda da oposição, porque esta, só sabe falar mal. Concordou que se ouçam as ideias dos outros, mas quem achar que a obra está mal, deve vir no início da obra, porque no caso das

Juntas de Freguesia, por vezes, podem estar a trabalhar errado, precisando de ideias e opiniões.

Terminou alertando a oposição para vir a ter mais cuidado com aquilo que dizem.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício passou de seguida a palavra ao Senhor Presidente de Câmara para prestar esclarecimentos sobre as questões que lhe foram colocadas.

Tomou a palavra o Senhor Presidente para referir que o tem vindo a incomodar a forma gratuita com que se fazem algumas afirmações. Apesar disso, fica sossegado porque tais informações são de tal maneira levianas, e de tal maneira inconsequentes, que ninguém acredita nelas.

Ao membro Carlos Costa, referiu que, já na qualidade de Presidente de Câmara e andando já a mexer os cordelinhos para poder fazer a ligação de Vinhais a Macedo de Cavaleiros e à auto-estrada, o dirigente máximo do partido do membro Carlos Costa, Doutor Adão Silva, fez um requerimento à Assembleia da República completamente preocupado, mostrando o seu descontentamento se o IP2 em vez de ir para Bragança, viesse para Vinhais. Ou seja, foi o primeiro a tomar posição contra aquilo que a Câmara de Vinhais andava a defender. Acrescentou ainda que, esse Senhor, é refém do poder instalado em Bragança, e que os piores inimigos da defesa dos interesses rodoviários de Vinhais, são os dirigentes políticos de Bragança, que o membro Carlos Costa apoia.

Ainda sobre esta questão passou a informar que em dois mil, aquando da elaboração do Plano Rodoviário Nacional, não era Presidente de Câmara, nem membro do Governo. Este Plano Rodoviário está agora a ser cumprido pelo Governo, e aquilo que podem fazer, é força, para que na revisão do próximo Plano Rodoviário, que será brevemente, Vinhais possa ser consagrado numa alternativa de acesso ao Plano de Estradas e Auto-Estradas do país.

Aconselhou o membro Carlos Costa a deixar de fazer discursos miserabilistas, anunciando que tudo está mal, porque o discurso do coitadinho não leva Vinhais a lado nenhum.

Pegando na expressão vendedor de carradas, utilizada pelo membro Carlos Costa, fez saber que, a tarefa deste membro de vender água sem caneco, não o leva a lado algum.

Para terminar apresentou alguns boletins Municipais ao membro Carlos Abel, esclarecendo que o boletim Municipal de Mogadouro, é em muito pior, que o boletim da Câmara de Vinhais, porque é mais que um álbum de família.

2 - Ordem do Dia.

2.1 – Apreciação e votação da acta da sessão anterior;

Ninguém manifestou intenção de intervir neste ponto, passando-se de seguida à votação. A acta foi aprovada por unanimidade, com duas abstenções, motivadas por não terem estado presentes na respectiva reunião.

2.2 – Leitura resumida do expediente;

Tomou a palavra o Primeiro Secretário, em exercício, para dar conhecimento da correspondência mais relevante recebida pela Assembleia Municipal. Relembrou que toda a correspondência se encontra na sede da Assembleia Municipal, onde poderá ser consultada, se assim o entenderem.

Destacou um requerimento apresentado por membros da bancada do PSD, solicitando esclarecimentos relativamente ao pessoal da Empresa Municipal - Turimontesinho, e também um pedido de esclarecimento sobre a prestação de serviços relativa aos transportes escolares.

2.3 – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da actividade Municipal;

O Senhor Presidente proferiu a intervenção escrita do teor seguinte:

“Ex.mo Sr.

Presidente da Assembleia Municipal,

Senhores Secretários da Mesa,

Senhores Vereadores Presentes,

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta e

demais senhoras e senhores deputados municipais.

Concluídos que estão dois anos deste mandato e muito embora esta não seja a sessão em que se vai discutir a prestação de contas, permitam-me que a todos transmita a satisfação da Câmara pelo que até ao momento realizou, no seu espaço de actuação, satisfação essa, que se estende àquilo que perspectivamos em termos futuros.

Os investimentos até agora realizados eram mais que necessários e só pecam por tardios. Uma leitura atenta ao mapa de execução de obras permite retirar a noção clara de como se encontra cada uma delas.

Não existem atrasos significativos e algumas, bem importantes, brevemente podem ser inauguradas e postas à disposição de todos.

Permitam-me que neste momento dedique especial atenção a dois equipamentos de grande relevo para o concelho e para toda a população. Estou-me a referir, concretamente a dois importantes investimentos, sendo que um tem a ver com os cuidados de saúde e o outro com o bem-estar dos utilizadores.

A Unidade de Cuidados Continuados é um dos equipamentos mais necessários numa região como a nossa e, permitam-me, já não é uma miragem, porque a obra está a concurso e deverá, em princípio, ficar concluída no final do próximo ano. E muito embora tenha como promotores a Santa Casa da Misericórdia a quem deixo uma palavra de apreço pelo empenho na condução do processo, na pessoa do Senhor Provedor e demais elementos da direcção, na verdade este investimento só está a ser possível graças ao compromisso do Senhor Ministro da Saúde, que de forma muito sensível, soube acatar as nossas preocupações que, de forma determinada e com grande insistência da Câmara lhe foram apresentadas em devida altura.

É uma obra que custará cerca de € 1.000.000 financiada a 50% pelo Estado e participada nos restantes 50% pela Câmara e pelo promotor em €500.000.

Sabemos que este compromisso exige da nossa parte um grande esforço financeiro e que nos obriga a um enorme rigor nas despesas, mas temos a consciência do que é prioritário e principalmente porque abraçamos com o coração e com a razão a satisfação das necessidades dos mais carenciados, dos que mais precisam e neste caso concreto dos que precisam cuidados de saúde específicos.

Damos assim mais um passo verdadeiramente inequívoco e demonstrativo do quanto são para nós importantes as questões sociais.

A Câmara e no quadro das suas competências não está obrigada a financiar este tipo de instituições. Fazemo-lo porque queremos, porque é uma opção política deste executivo.

A Unidade de Cuidados Continuados de Vinhais resultará da requalificação do antigo Centro de Saúde, recebendo as obras necessárias, terá uma lotação que se prevê entre 25 e 30 utentes e com a criação de cerca de 35 postos de trabalho. Vinhais fica assim com um equipamento dos mais importantes que se possa pensar, não só porque permite um bem-estar acrescido aos doentes que necessitam de cuidados médicos e que não os podem receber nas suas casas, mas também porque cria à sua volta uma grande dinâmica e desenvolvimento para a Vila e concelho.

Portanto e com o devido respeito permitam-me o desabafo, para aqueles que, felizmente muito poucos, passam o tempo a apregoar desgraças e a gritar a sete ventos que tudo vai fechar na nossa terra, para esses aqui fica uma péssima notícia, mas uma boa e excelente notícia para todos aqueles que, felizmente, a maioria esmagadora, tem consciência das verdadeiras necessidades e de forma séria como se faz política e se apresentam e desenvolvem propostas e de maneira empenhada e determinada como defendemos os interesses do concelho e da população.

Nada fechou, nada encerrou, bem antes pelo contrário: só no campo da saúde cresceu a Unidade de Cuidados Continuados e a Unidade Móvel, no aspecto do apoio à terceira idade, mais dois apoios domiciliários que inauguramos recentemente e mais alguns importantes investimentos que aí vêm, mas que para já preferimos nada mais adiantar.

Portanto, profetas da desgraça, apelo à vossa imaginação para que se concentrem noutra tipo de argumentos porque os até agora usados já deram o que tinham a dar, ou então para que de uma vez por todas percebam que o caminho é reunirmos esforços, apresentarmos sugestões e disponibilizarmos para trabalhar em conjunto. Aqui fica o desafio.

Um outro investimento que vale a pena dedicar especial atenção tem a ver com transportes.

Há anos que se fala na estação de camionagem. Nunca chegou ao papel e a única coisa que se sabia é que poderia ficar situada na parte sul das casas novas.

Pois bem, mandamos elaborar o projecto de arquitectura, fizemos a candidatura, eu próprio a levei em mão e falei com o Governo e por isso mesmo, aqui tenho o ofício que ontem mesmo recebi como resposta e que diz o seguinte: “Para os devidos efeitos informa-se V^a.Ex^a. que a candidatura a financiamento para a construção da Estação Central de Camionagem em Vinhais foi aprovada por despacho da Senhora Secretária de Estado dos Transportes de 02/10/2007.

A fim de dar seguimento ao processo aguarda-se o envio por parte dessa Câmara Municipal do projecto de execução relativo a um empreendimento referido em epígrafe para análise e posterior aprovação.”

A candidatura está aprovada, os cerca de €1.000.000 que custa, estão garantidos e durante o próximo ano, o concelho vai assistir ao erguer de uma importante obra de grande utilidade para todos os utentes inserindo-se no programa de requalificação urbanística da Vila: a estação de camionagem. Com espaço para cargas e descargas, estacionamento de autocarros e táxis, lugar para passageiros, para estudantes, para mercadorias, suportará na sua cobertura uma magnífica praça com cerca de 2.000 m² que arquitectonicamente integrada na zona do nobre edifício das Casas Novas, fará daquele espaço algo de muito útil e imponente

Em termos de obras para o futuro imediato prefiro mais nada adiantar, muito embora possamos garantir que outras estão neste momento já candidatas. No entanto como nunca foi meu timbre anunciar aquilo que sei não poder fazer e sempre preferi pautar a minha conduta política por critérios de rigor e seriedade, só tenho apresentado nesta casa os projectos cuja execução esteja garantida. Assim continuaremos a proceder.

Uma palavra para o reconhecido êxito que obtive a segunda edição da Feira da Castanha organizada com a preciosa ajuda da Arbórea, parceiro aliás de grande interesse, no concretizar das mais diversas políticas rurais.

O caminho traçado no sentido de lançar o nome de Vinhais associado à castanha, está a dar os seus resultados. A prova disso mesmo foi o reconhecimento público transmitido pela comunicação social do mega-magusto promovido pela Câmara Municipal, no Terreiro do Paço em Lisboa em que o importante e maior assador de

castanhas do mundo, permitiu, se calhar pela primeira vez, que algo de Trás-os-Montes, ainda que por umas horas, seja admirado, respeitado e até temido, na capital do País.

Senhoras e senhores deputados municipais não sabemos bem o porquê e não temos que saber, mas o que é certo é que vários têm sido os casos que nos obrigam a pensar na segurança de pessoas e bens. Provavelmente é o preço da modernidade ou então este fenómeno não passará de algo cíclico motivado por causas muito concretas.

É neste contexto e muito embora não seja competência da Câmara zelar pela segurança das pessoas e bens, já que tal atribuição está no nosso País assegurada pelo Estado e através do Ministério da Administração Interna, pensamos que não devemos ficar indiferentes a alguns acontecimentos. Nesse sentido comunico a todos que neste momento já está criado e em funcionamento o Grupo de guardas-noturnos Municipais e que tem por função zelar pela segurança dos edifícios e lugares públicos, actuando diariamente em horário nocturno e sempre em equipa de dois.

É mais um contributo a favor de todos aqueles para quem a segurança é um valor fundamental.

Passemos agora ao ponto que, à partida se apresenta como o mais importante da ordem de trabalhos: o orçamento e plano plurianual de investimentos da Câmara Municipal de Vinhais para o ano de 2008.

Senhoras e Senhores deputados Municipais: o documento que vos apresentamos é, tenho a certeza, um bom documento. É um bom documento porque nele se consagra todo o rigor e seriedade que o executivo imprime, na gestão do dia a dia e é um bom documento, ainda, porque resulta do contributo que se recolheu de todas as Juntas de Freguesia com quem reunimos previamente.

Portanto, parece-nos, estarem reunidas todas as condições para a sua aprovação.

Pese embora a vontade política e a determinação do executivo para alcançar o máximo de realização possível do proposto, o que é certo é que existem variáveis que podem condicionar a sua execução: o facto de existirem obras de grande dimensão e por isso apresentam-se como investimentos plurianuais, o facto de este período coincidir com o início de um novo quadro comunitário e desconhecermos em concreto muitos dos regulamentos dos diversos programas e medidas e ainda, o facto que deriva da indefinição que existe quanto ao destino no tratamento e investimentos na área do fornecimento de água e saneamentos por parte da empresa Águas de Trás-os-Montes.

De qualquer forma é um PPI e um orçamento fiel aos nossos compromissos para com o eleitorado, de grande rigor financeiro e ambicioso em termos de concretização de investimentos, tanto na Vila como nas Freguesias.

Por isso mesmo, com todo o sentido de justiça, apelo à Assembleia que o aprove sem reservas.

A situação financeira da Câmara é aquela que é possível neste momento: apesar do elevado número de obras e investimentos as contas continuam equilibradas o que nos permite encarar o próximo ano com alguma tranquilidade e serenidade.

Assim sendo a situação financeira é a seguinte:

- Dotações orçamentais - €815.698,68
- Dotações não orçamentais - €698.268,49

E por falar em próximo ano, em meu nome pessoal e do executivo municipal quero saudar todos senhoras e senhores deputados sem excepção, bem assim como aos seus familiares e desejar-lhes um Santo Natal e que o próximo ano, o ano de 2008 seja repleto de grandes sucessos pessoais e profissionais”.

Solicitou autorização para que os técnicos da Câmara apresentassem os projectos da Estação de Camionagem localizada a sul das Casas Novas e da Unidade de Cuidados Continuados no antigo Centro de Saúde. A autorização foi concedida, tendo os técnicos elucidado todos os membros presentes, sobre os projectos em questão.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, agradeceu a prestação dos técnicos, passando de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

2.4– Período de intervenções;

Solicitaram o uso da palavra os Senhores membros seguintes:

- Carlos Costa;
- João Correia;
- Manuel Morais;
- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa.

Tomou a palavra o membro Carlos Costa afirmando que, o Senhor Presidente da Câmara cada vez o tem vindo a surpreender mais, quando disse que viu num requerimento, requerimento esse, que não leu, a cara zangada do Senhor Deputado Adão Silva

Informou que o Senhor Deputado Adão Silva não precisa que o defendam, apesar disso, considerou que não ficou bem ao Senhor Presidente, dizer que, o Senhor Deputado Adão Silva fez um requerimento ao Senhor Primeiro Ministro, vindo por esse meio atrapalhar que o IP2 viesse para Vinhais. Por essa razão, anunciou que, na próxima Assembleia iria trazer o requerimento que o Senhor Deputado Adão Silva fez, à Assembleia da República, requerimento esse, solicitado por si. Aquilo que se pretendia com o referido requerimento era que, uma vez que o IP2 não iria para Bragança, vir para Vinhais. Fez saber que numa reunião da Distrital do seu partido, concelhias como a de Vimioso e Bragança, opuseram-se e bastante, ao facto de o Senhor Deputado Adão Silva defender que o IP2 viesse para Vinhais. Concluiu que o Senhor Presidente de Câmara faltou à verdade, ao fazer tal afirmação.

Esclareceu que, tem muita consideração pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, e por todos os outros, mas não compreende o porquê de o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, ter dito pela segunda vez, que a bancada do PSD nada tem feito pelo concelho. Porque todos sabem que faz parte da política criticar aquilo que está mal. Aquilo que criticam, são obras do estado que deveriam ser feitas em Vinhais e não são feitas. Justificou que as críticas que têm vindo a fazer, se devem ao facto de o Senhor Presidente da Câmara não criticar as decisões do Governo. Todas as obras que vierem do poder central serão aplaudidas, mas até ao momento são zero, assim como os investimentos privados. Deu o exemplo das águas de Sandim que poderia trazer mais valias e mais riqueza ao concelho. Em sua opinião, o importante é saber quando é que elas começam.

Quanto à Unidade de Cuidados Continuados, alertou que não se trata de uma obra da Câmara, mas sim da Santa Casa da Misericórdia.

Alertou também para o facto de, no distrito de Bragança, há cerca de quatro anos terem sido adjudicadas cinco obras, com mais cinco que este Governo propôs. Estando só uma a funcionar, e de forma incompleta. Manifestou o desejo que em Vinhais fosse a segunda. A crítica que fez, foi para o Governo que, não tem dado ao concelho de Vinhais, aquilo que realmente merece.

Alertado para o limite de tempo, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, referiu que relativamente à questão da CACOVIN-Agroindustria, Lda, não iria alongar-se muito, porque os Vinhaenses ficaram esclarecidos que, nas contas da CACOVIN-Agroindustria, Lda, o executivo Camarário faltou à verdade, quando apresentou números de cento e cinquenta mil euros. Relembrou que na altura solicitou uma auditoria às contas da Cooperativa, razão essa, de ter solicitado ao Senhor Presidente, esclarecimentos, sobre o seguimento que esse requerimento tem vindo a ter. Referiu ter conhecimento que após a última Assembleia, tanto a Cooperativa, como o próprio executivo Camarário, pressionaram alguns trabalhadores no sentido de que estes dissessem quem teria dado tal informação, em vez de se preocuparem em dizer a verdade a todos os Vinhaenses.

Antes de terminar, referiu não compreender o porquê, nem como, o Senhor Presidente da Câmara e o executivo pressionaram a Cooperativa no sentido de ser vendida parte do seu capital à SORTEL. Felicitou a Cooperativa por não ter aprovado tal proposta. Agradeceu por terem mudado de opinião.

Solicitou que se preocupassem mais com a Cooperativa, porque tendo a Cooperativa um dos directores, que é o Senhor Bernardo, andando a fazer negócio no paralelo com a Cooperativa, comprando castanha, e muitas vezes passando a mensagem de que a castanha irá para a Cooperativa.

Alertou o Senhor Presidente para tomar medidas, face ao exposto.

Tomou a palavra o membro João Correia, que iniciou por desejar Festas Felizes a todos os presentes. Passou a referir que depois de ter ouvido na comunicação social, diversos cargos que ocupa a Senhora Engenheira Carla Alves, solicitou que o Senhor Presidente explicasse as diversas funções que a Senhora Engenheira Carla Alves desempenha na Câmara Municipal.

Tomou a palavra o membro Manuel Morais, que iniciou por cumprimentar todos os presentes, e referindo-se a duas obras que decorreram no concelho de Vinhais, mais propriamente na Vila, elogiou os passeios da Vila e a obra da rotunda na Avenida Padre Firmino Augusto Martins, alertou o Senhor Presidente para o facto de nessa avenida existir uma linha contínua, que é confrontada com carros estacionados, que a seu ver, estão bem, porque não existe sinal nenhum no local, que proíba o estacionamento. O problema surge quando existem carros estacionados, que obrigam as pessoas que por lá

passam, a cometer transgressões. Sugeriu que a Câmara colocasse sinais no local, para evitar dissabores.

Quanto ao passeio do lado direito que desce para as futuras instalações rodoviárias, referiu que ali foi feita uma inutilidade, devido à inclinação que possui, obrigando a cair as pessoas que por lá transitam, situação esta, que já foi constatada.

Referiu ainda que, pretendia ainda tratar um outro assunto, onde não entra tanto o elogio, mas sim a crítica. Referiu-se ao facto de o Senhor Presidente, continuar a dar prioridade a obras tais como, fontes, fontanários, parques de merendas ou canteiros. Considerou ser uma boa ideia, mas não concorda com ela, porque existem aldeias com ruas sem pavimentação. Referiu-se à aldeia de Dine, apesar de existirem mais aldeias pelo concelho na mesma condição. Relativamente à aldeia de Dine, referiu que, metade da aldeia foi empedrada há cerca de dez doze anos. com a contribuição dos moradores da parte de cima da aldeia, que pagaram os seus impostos para a parte de baixo estar empedrada. Desde essa data, que se sentem discriminados, porque ajudaram a construir a parte de baixo, sendo que na de cima nem um paralelo lá existe.

Concluiu que não discorda com as obras que a Câmara tem levado a efeito, porque são todas bem-vindas, apenas não concorda com a prioridade que o Senhor Presidente tem vindo a dar às obras.

Aconselhou a que se fizesse o útil em detrimento do agradável, e posteriormente fazer o agradável, ou seja, primeiro fazer o útil e o essencial e só depois o bonito.

Antes de terminar referiu que, consultando o mapa, constatou que Dine não irá ser contemplada. Se o conselho que anteriormente anunciou, vier a ser aceite pelo Senhor Presidente, referiu que iria aplaudi-lo de pé, para dar resposta aos Senhores que dizem que a Bancada do PSD é a bancada do bota-a-baixo.

Terminou desejando Festas Felizes, e que o ano novo traga um pouco mais e melhor do que o anterior.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, e falando em multas, referiu que, o seu vizinho, nunca pegou na caneta para passar uma multa a ninguém.

Referindo-se à Estação de Camionagem, Guarda Nocturnos, Unidade Móvel de Saúde, Unidade de Cuidados Continuados, declarou que se isto é vender roupa suja, o que se poderá dizer mais. Quanto à Unidade de Cuidados Continuados, referiu que todos sabem que, não se trata de uma obra da Câmara Municipal, mas sim do concelho de

Vinhais. Quanto ao Centro Social e Paroquial de Vale das Fontes questionou se seria uma obra da Câmara. A sua opinião é que não é uma obra da Câmara.

Informou que a Câmara Municipal a apoiou e muito bem. Adiantou ainda, que Rebordelo e Moimenta desejariam também que o Senhor Presidente fosse lá vender roupa suja, numa inauguração destas.

Dirigindo a palavra ao Senhor Presidente referiu que são estas as obras que o concelho precisa, e se estas obras não eram da Câmara, não compreende o porquê de as terem colocado no boletim, aquando da campanha eleitoral. Centros sociais, e centros de dia em todas as freguesias, não sendo da Câmara, não deveriam fazer parte do boletim.

Considerou que campanhas, são campanhas, e não discorda disso, mas tudo o que é para bem da comunidade, se for feito pela Câmara é campanha. Se for em coisas mal feitas, é a Câmara que tem responsabilidade

Quanto às obras anunciadas em dois mil e quatro para o distrito de Bragança, referiu que o Doutor Santana Lopes deveria levar um puxão de orelhas, porque não anunciou nenhuma obra para Vinhais.

Relativamente ao Plano Rodoviário para Vinhais, chamou a atenção do Senhor Presidente, para aquilo que o concelho precisa, porque todos esperam que na próxima revisão do Plano Rodoviário, o Senhor Presidente tenha uma pujança muito forte, para alterar aquilo que há cerca de vinte anos ninguém conseguiu. Informou que, tem vindo a ser confrontado, por gente de todos os quadros políticos que, afirmam que o Plano Rodoviário do distrito Bragança, sempre prejudicou Vinhais. Quanto ao documento referido anteriormente, pelo membro Carlos Costa, referiu que não vale a pena pedir o documento ao Senhor Deputado Adão Silva, porque poderá pedi-lo aos jornalistas da RBA e Rádio Brigantia, porque foi um acto público.

Esclareceu que, na altura todos ouviram dizer que, iria ser um erro estratégico, o IP2 passar por Vinhais e não passar pelo Portelo.

Sobre esta questão concluiu que não foi vontade do PSD distrital passar por Vinhais o IP2.

Concluiu que o homem do ano do concelho, deveria ser eleito o Senhor Doutor Américo Pereira com noventa por cento, em dois mil e sete.

Terminadas as intervenções, o Senhor Presidente da Mesa em exercício, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos relacionados com as questões que lhe foram colocadas.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que, iniciou por responder à questão das obras, referindo que o PIDDAC não interessa, porque o que realmente interessa é que se saibam fazer acordos com os elementos do Governo.

Quanto à questão da sinalização referiu não estar informado sobre essa questão.

Quanto à inclinação do passeio, justificou que se encontra assim construído, porque irá ser destruído a seu tempo, uma vez que vai ser integrado na nova rua da Estação de Camionagem.

Relativamente aos arruamentos de Dine, referiu que, possui uma relação de grande honestidade com todas as Juntas de Freguesia. Informou que na altura tinha negociado com o Senhor Fidélio, gastar cerca de quatro ou cinco mil contos, na moeda antiga, para acabar a casa do povo de Dine, que já havia começado há muitos anos.

Concluiu sobre esta questão que, não se pode ter tudo, ao mesmo tempo.

A crítica que eventualmente poderia aceitar, relativamente à questão de Dine, seria admitir que, ainda não fez nada pela aldeia, apesar dos pedidos do Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Referiu ter conhecimento que faltam cerca de mil metros de arruamentos, que com o tempo se concretizarão, tendo sido, a opção na altura, a conclusão da casa do povo.

Ao membro Carlos Costa e relativamente à questão das contas da CACOVIN-Agroindustria, Lda, referiu que não se iria pronunciar mais sobre tal questão, apenas informar que mandou uma carta para o conselho de administração da CACOVIN-Agroindustria, Lda, quanto ao resto irá falar quando o entender.

Ao membro João Correia, referiu que ficou surpreendido pela negativa, relativamente à intervenção prestada por este membro, porque sendo fisioterapeuta, julgou que a sua intervenção fosse no sentido de felicitar a Unidade de Cuidados Continuados. Aproveitou o momento para informar que, as críticas políticas não o incomodam, por esse motivo não iria levar a mal, nem guarda remorsos, mas quando se trata de questões pessoais não perdoa. Explicou que, quando o membro João Correia tiver quatro filhos vai perceber o quanto a pergunta que colocou, incomoda qualquer cidadão.

Quanto às funções da Engenheira Carla Alves informou que na Câmara Municipal desempenha funções de Engenheira Zootécnica, e para melhor esclarecimento, iria

enviar para casa do membro João Correia, fotocópia do Decreto-Lei, que diz qual o conteúdo funcional do Zootécnico numa Câmara.

Terminado o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Presidente da Mesa em exercício, abriu novo período de intervenções.

Inscreveram-se os Senhores membros seguintes:

- Carlos Costa;
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais;
- Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa.

Tomou a palavra o membro Carlos Costa que iniciou por responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, informando-o que aquilo que o Senhor Deputado Adão Silva disse há cerca de quatro anos atrás, não o preocupa. Aquilo que lhe interessa é, que hoje desempenha funções políticas no seu concelho sendo que nos últimos dois anos, não admite que o deputado Adão Silva prejudique o seu concelho, em nada. Se existir alguma declaração que prejudique o concelho, de Vinhais nos últimos dois anos em que foi eleito, Presidente da Concelhia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, terá toda a legitimidade para fazer acusação.

Quanto ao facto de em dois mil e quatro, o então Primeiro Ministro, Senhor Doutor Santana Lopes, não ter colocado nada para Vinhais, justificou em seu nome pessoal que, na altura não desempenhava funções no seu concelho, sendo que hoje, compete-lhe defender o seu concelho, com unhas e dentes, estando sempre ao lado do Senhor Presidente da Câmara, no que diz respeito ao desenvolvimento do concelho. Ainda sobre o ex-Primeiro Ministro, Senhor Doutor Santana Lopes, e relativamente ao facto de ter despachado, a pedido de alguém, qualquer coisa para o distrito de Bragança, justificou que, não chegou a ter tempo de fazer um orçamento, por essa razão não concluiu a obra.

Antes de terminar a sua intervenção, pegou na intervenção prestada pelo membro João Correia, para esclarecer que, pretendia fazer justiça, e para isso, iria sair em defesa do membro João Correia. Esclareceu que a pergunta não foi pela mulher do Senhor Presidente, mas sim por uma funcionária da Câmara Municipal. Por essa razão, não compreende o porquê, de o Senhor Presidente ter ficado tão estranho, à questão que lhe foi colocada. Porque não sendo o autor da pergunta, concorda com ela, porque também

Ihe causa alguma confusão o facto de a Senhora Engenheira Carla Alves ocupar diversos Cargos. Admite que poderá ser um motivo de elogio, mas também considera normal que, a oposição queira saber, quais os verdadeiros cargos que um funcionário ocupa.

Frisou novamente que não existiu nada pessoal na pergunta colocada.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, para responder ao membro Manuel Morais, referindo que concorda com o facto de o estacionamento não estar a funcionar devidamente, tendo alertado o Senhor Presidente da Câmara para tomar medidas, e a resposta que obteve foi que o projecto da segurança rodoviária estava em projecto. Em sua opinião mesmo que existam estacionamentos, as pessoas vão continuar sempre a estacionar em cima dos passeios.

Referiu também que não veio a esta Assembleia para defender ninguém, mas é da opinião que quando um elemento da sua bancada, se dirige à bancada da oposição, não se dirige à bancada em geral, mas sim a alguns pontos particulares. Considerou a intervenção do membro Manuel Morais excelente e reconhecida por todos.

Tomou a palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ervedosa, para esclarecer alguns pontos, ao membro Carlos Costa, relativamente ao ex-Ministro Senhor Doutor Santana Lopes, por ter sido mal interpretado. Passou a frisar que, aquilo que disse foi que o membro Carlos Costa deveria ter dado um puxão-de-orelhas ao ex-Ministro Senhor Doutor Santana Lopes por se ter esquecido de Vinhais.

Quanto ao PIDDAC referiu que o Senhor Presidente da Câmara tem ainda muito mais valor, porque sem o PIDDAC trás o dinheiro.

2.5 – Aprovação do projecto de Regulamento Municipal para Abastecimento de Água, Drenagem de Águas Residuais e Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Vinhais;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre o ponto em questão. Passou a informar que se trata de um triplo regulamento, porque regulamenta a questão da água para o concelho, as taxas dos esgotos e dos resíduos. Trata-se de um documento político, elaborado pelo corpo técnico da Câmara, nomeadamente pela Engenheira Carla Rio, em consonância com o Jurista da Câmara e

que teve por base, aquilo que são os regulamentos que existem no resto do país, nomeadamente na região de Bragança.

Informou que, uma das grandes aflições com que se depara o concelho de Vinhais, é o problema de abastecimento de água, problema esse, que se chegou à conclusão não ser de falta de água, mas sim da forma como se estraga a água.

Considerou que, todos têm que ter coragem e a responsabilidade de assumir o compromisso, ou seja, votar contra o regulamento será uma atitude irresponsável com o argumento que a água não deve ser paga.

Relembrou a verba elevada destinada ao tratamento da água no concelho de Vinhais, verba essa, que se pode verificar no orçamento. Por essa razão não concorda que se reguem hortas com água tratada.

Aconselhou a que se poupe água no futuro, sendo que, uma das maneiras de poupar é criar um documento, onde fique tudo escrito, ou seja, um regulamento. Considerou o regulamento equilibrado, prevendo a possibilidade de em determinadas alturas do ano, o preço poder variar, assim, a Câmara pode entender que em determinadas alturas do ano o preço da água pode ser suspenso, assim como um custo diferente, conforme o escalão indexado ao consumo. As contas calculadas tendo em conta aquilo que é normal, no gasto de uma família, sendo até uns determinados metros, um preço reduzido. Quando se tiver consciência que, a água está a ser estragada, os preços disparam, para penalizar as pessoas que estragam a água.

Adiantou que estão a fazer esforços no sentido de colocar contadores de água, mas um estudo feito, revela que a sua colocação em todo o concelho custa para cima de duzentos mil contos, na moeda antiga.

Referiu que a Câmara não tem esse dinheiro para colocar contadores, nem tão pouco existem programas para financiar a colocação de contadores. Informou que foram dadas instruções às equipas que trabalham nas águas, existindo duas equipas há cerca de um ano, que andam permanentemente a colocar contadores.

Considerou inadmissível que nos anos anteriores não se tenha dedicado especial atenção ao problema dos contadores.

Referiu ser um pedido que as Juntas de Freguesia vinham colocando, havia já muito tempo, praticamente todos os presidentes de Junta se queixam deste problema.

Terminou apelando à Assembleia Municipal que votasse favoravelmente o regulamento que, esteve em discussão pública, sem que tivesse chagado à Câmara qualquer reclamação, por parte dos utentes.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel e relativamente à questão do regulamento referiu que, já existiram regulamentos, porque a Assembleia em tempos aprovou regulamentos.

Relembrou que aquando da aprovação do protocolo das Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, a sua bancada votou contra. Considerou não ser um bom protocolo nem uma boa concessão para a Câmara de Vinhais, por esse motivo deixou um alerta para esta questão. Apresentou duas ideias base, uma delas prende-se com o facto de haver um valor mínimo de cinco euros, que as pessoas com contador irão ter que pagar sempre, sendo que na vila de Vinhais irá ser mais caro.

Informou que tendo estudado o regulamento concluiu que fica a zero virgula cinquenta e quatro cêntimos o metro cúbico da água, o que perfaz com Iva, zero virgula setenta e três cêntimos.

Questionou o Senhor Presidente sobre a forma como se vai compatibilizar o fornecimento da água a trinta e cinco cêntimos na vila, com os setenta e três cêntimos que vão pagar às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Tomou a palavra o membro Carlos Costa para esclarecer que a maior parte das freguesias têm água suficiente para consumo, um dos problemas, é que, em algumas aldeias as pessoas não pagam água, nem a água é contada. Por isso, considerou importante que a Câmara tivesse o cuidado maior, de colocar um contador à saída da mãe d'água, para depois fazer um apanhado.

Concluiu que se todos vierem a pagar a água, todos irão beneficiar de um melhor preço.

Solicitou novamente a palavra o membro Carlos Abel para se pronunciar sobre uma questão que por lapso ficou esquecida. Passou a referir que o regulamento foi bem elaborado, apesar de ter muitos artigos e estar muito pesado. Referir ter conhecimento que no meio rural, existe muito a questão da utilização da água, para não consumo humano. Sugeriu que fossem criadas estruturas em cada aldeia e freguesias, com águas para não consumo humano, que não precise de tratamento. Considerou que, por este meio, talvez se consiga ter uma poupança da água tratada.

Numa perspectiva de racionalidade, considerou ser importante sistematizar, tendo conhecimento que existe já em algumas zonas.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer um ponto, que não referiu na altura por considerar que não seria necessário, referente à questão da água. Informou que na Câmara de Bragança, a água é um negócio, ou seja, a Câmara cobra mais dinheiro pelo preço da água às pessoas, do que aquilo que gasta a fornecê-la. Esclareceu também que aquilo que o Estado pretende é que, as Câmaras cheguem a um equilíbrio, ou seja, o que se cobra às pessoas tem que cobrir aquilo que se gastou.

Em Vinhais, as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro colocam um contador à entrada do reservatório, que vai permitir saber se, a água não é contada, ou se tem perdas ou qualquer outro problema.

Quanto a questão do Iva informou que, vão proceder ao pagamento às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro a cerca de sessenta ou setenta cêntimos com Iva o metro cúbico. No entanto, apenas irão cobrar às pessoas, muito menos, cerca de trinta ou quarenta cêntimos. Alertou para a existência de um preço social que, a Câmara continua a suportar, uma diferença que a Câmara irá continuar a pagar, mas em vez de pagar os sessenta mil contos, irá pagar menos, de forma a ter um prejuízo reduzido.

Considerou o regulamento bem elaborado globalmente pelo tipo de situações que engloba, que irá começar a funcionar brevemente.

Respondendo ao membro Carlos Abel, na questão da rede alternativa, para abastecimento aos estábulos e às pocilgas, entre outros, considerou ser uma boa ideia, mas acredita ser de difícil concretização, porque exige uma rede paralela à existente, a partir da nascente. Um novo reservatório implica também que os estábulos e pocilgas estejam próximos.

Acrescentou que existem duas ou três aldeias onde será possível vir a implementar uma rede deste tipo, prometendo tentar fazê-lo.

Antes de terminar informou que o regulamento irá ser posto em funcionamento na altura oportuna. Alertou para não pensarem já, em dar destino aos nascentes das aldeias, porque a questão das Águas de Trás-os-Montes, não foi, a seu ver, um bom negócio, mas sim o negócio possível na altura, por essa razão, não se sabe muito bem, como se irá comportar, mantendo-se apenas num período de experimentação.

Terminou referindo que a aprovação do presente regulamento é indispensável para que as coisas possam mesmo funcionar.

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara foi posto a votação o presente regulamento, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.6 – Aprovação de Alterações ao Regulamento Municipal de Venda Ambulante;

O Senhor Presidente da Mesa em exercício, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do regulamento em questão.

Por se tratar de um regulamento simples, o Senhor Presidente prescindiu de fazer a sua apresentação.

Não havendo inscrições para este ponto, as alterações ao regulamento foram postos à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

2.7 – Aprovação de Alterações ao Regulamento Municipal de Actividade de Comércio e Retalho Exercida por Feirantes;

O Senhor Presidente da Mesa em exercício, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do regulamento em questão.

Por se tratar de um regulamento simples, o Senhor Presidente prescindiu também de fazer a sua apresentação.

Não havendo inscrições para este ponto, as alterações ao regulamento foram postas à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

2.8 – Art.º 20.º da Lei das Finanças Locais - Participação variável no IRS.

Foi presente uma proposta da Câmara Municipal, do teor seguinte:

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do ponto em questão.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara que, iniciou por esclarecer, muito rapidamente que, relativamente à entrada em vigor da Lei das Finanças Locais, o Governo deu a possibilidade de, cinco por cento do IRS cobrado no próprio concelho,

poder converter a favor das Câmaras, ou as Câmaras prescindirem dos cinco por cento do IRS, permitindo assim que possa ficar para as próprias pessoas.

Informou que houve várias opções para esta questão, no tocante às autarquias do distrito.

Referiu haver argumentos para defender todas as condições, sendo que a Câmara entendeu por unanimidade, concordar com a proposta de se dividir, ou seja, dois e meio por cento para os contribuintes e dois e meio por cento para Autarquia.

Termina a apresentação prestada pelo Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, abriu o período de intervenções.

Inscreeveu-se o Senhor Membro:

- Carlos Abel.

Foi concedido o uso da palavra ao membro Carlos Abel, e relativamente ao assunto em questão referiu que, é mais uma das políticas activas que, a sua bancada vem defendendo relativamente à fixação no interior.

Considerou tratar-se de uma política que poderá representar muita coisa, num Município como Bragança, Porto e Lisboa... Para Vinhais não iria representar muito, dando apenas noventa e sete mil euros.

Aplaudiu e concordou com a opção tomada, por se tratar de uma medida de fixação. Relembrou que votaram favoravelmente em reunião de Câmara, pelo que iriam também, em Assembleia votar favoravelmente.

Antes de terminar, sugeriu que relativamente aos dois e meio por cento, que a Câmara irá receber, fossem aplicados no projecto que, foi apresentado numa reunião de Assembleia anterior, e que, não chegou a ser discutido por não ter havido reunião da Comissão Permanente, referiu-se ao apoio à natalidade.

Informou também que o valor que a Câmara recebe é aproximadamente o valor em que orça o referido projecto de apoio à natalidade.

Terminou referindo que na próxima reunião da Comissão Permanente se iria debater esta questão.

Não se verificaram mais intenções de intervir, por parte dos membros, razão pela qual foi levada a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

2.9 – Aprovação do Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2008.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do ponto em questão.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para fazer um breve esclarecimento, no qual informou que, num ponto anterior da Ordem de Trabalhos, teve o cuidado de se pronunciar genericamente a este ponto. Ou seja, foi dando informações daquilo que esteve na base da sua elaboração, e foi resultado das suas opções, opções essas, que são conhecidas porque, resultam de compromissos assumidos com o eleitorado, e com as Juntas de Freguesia.

Considerou ser um documento que, da parte das Juntas de Freguesia teve um consenso, sendo por isso um documento naturalíssimo.

Terminou, referindo que não iria adiantar muito mais sobre este ponto, e na eventualidade de vir a ser necessário pronunciar-se sobre um, ou outro aspecto, o fará com todo o gosto, após as intervenções para o caso de virem a existir.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício questionou os Senhores membros, se alguém pretendia intervir neste ponto.

Inscreveram-se os Senhores membros seguintes:

- Carlos Abel
- Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais

Tomou a palavra o membro Carlos Abel que iniciou por considerar o orçamento um plano de intenções. Não tendo sido o seu programa eleitoral a ser votado, e não estando a ser realizado grande parte daquilo que prometeram, anunciou que iriam abster-se relativamente a estas temáticas.

Referiu existirem subsídios meramente para abrir rubricas, ou seja, abrem-se rubricas para depois haver dotação orçamental. Sugeriu, tal como sugeriu numa outra reunião da Assembleia, que por sinal não chegou a ser implementado, que se tomassem algumas medidas relativamente aos subsídios.

Passou então a explicar que, existem instituições que são subsidiadas e outras que não são subsidiadas, sem se entender muito bem a lógica, e sem saber quais os critérios subjacentes à atribuição de subsídios. Dito isto, passou a informar que algumas Câmaras solicitam às associações para efeitos orçamentais o Plano de Actividades, para inscreverem a comparticipação por parte da Câmara, ou seja, pretende-se objectivar a atribuição de subsídios. Considerou ser uma boa medida, porque salvaguarda a posição da própria Câmara.

Relativamente ao PPI, considerou que existe muita contabilidade de mercearia na Câmara, porque não existe uma visão estratégica, relativamente àquilo que é de facto fundamental. Sugeriu agendar uma reunião da Comissão Permanente ou encontros temáticos, com pessoas respeitadas em diferentes áreas, para se definirem vectores estratégicos de desenvolvimento para o concelho, e em função deles definir o PPI. Porque uma coisa é definir o PPI, em função de determinadas obras, e outra coisa é ter subjacente às obras uma determinada intenção, como a fixação das pessoas, promoção do turismo e a promoção da produção agrícola de qualidade.

Considerou que tudo isto, deve obedecer a determinadas regras, sendo a estas regras que se deve fazer apelo num PPI, e não fazer uma ou outra obra, sem antes se ter a visão do contexto, em que cada obra se insere. Concordou que, a Câmara é o executivo que poderá ter esta visão do contexto, sendo que, o PPI serve para as pessoas terem conhecimento, de qual é que é, a filosofia subjacente às obras. Apesar de existirem formalismos reais, que devem ser cumpridos, em relação ao Plano e ao Orçamento, sugeriu que houvesse um complemento, quer de um regulamento de subsídios, quer de uma estratégia de Plano diferente, que poderá ser alterada.

Concordou com o facto de as Juntas terem sido ouvidas, para a elaboração do orçamento, embora tenha conhecimento de uma Junta que não foi ouvida.

Sugeriu também uma reunião com as próprias associações.

Terminou deixando estas duas ideias inócuas, que não são políticas, mas sim consensuais.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais para fazer uma análise de algumas questões que no seu ponto de vista, lhe parecem importantes. Concordou com a expressão utilizada pelo membro Carlos Abel, ao considerar que o orçamento é no fundo uma previsão, que poderá ser realizada ou não.

Passou a explicar que um orçamento é a mesma coisa que se verifica nas casas de toda a gente, ou seja, recebe-se e gasta-se, porque se forem bens de consumo vai-se embora, e se forem bens de investimento fica, e vê-se a obra. Da mesma forma se verifica na Câmara que tem despesas correntes e despesas de capital.

Considerou um facto de grande importância quando as despesas correntes se conseguem equilibrar com as receitas correntes. Continuou referindo que no presente regulamento se reflecte exactamente aquilo que acabou de explicar, apesar de não saber se posteriormente a Câmara irá conseguir essas contas equilibradas.

Considerou ser um factor que deverá ser salientado em relação ao documento apresentado neste ponto.

Em relação às próprias despesas correntes, continuou a explicar que devem ser consideradas despesismo, por serem as despesas que não se vêem, porque o próprio nome diz isso.

Considerou haver, meia dúzia de rubricas que levam muita receita, alertando para o facto de se ponderar se é mesmo verdade, e se deve vir a ser gasto ou não.

Em sua opinião, é do conhecimento de todos que, a parte social é importante, a educação é importante, e quanto aos funcionários da Câmara o Senhor Presidente da Câmara não os pode despedir, tem que aguentar com eles, porque já os tinha lá, sendo aquilo que pode fazer é geri-los.

Ainda sobre a questão das despesas, considerou que pontualmente existirão algumas despesas que poderão vir a diminuir, dependendo da gestão que for implementada.

Considerou ainda, relativamente às despesas que, a Câmara Municipal, que é das Câmaras que mais gasta em termos de despesas. Deu o exemplo do jardim infantil, que a Câmara tem despesas desde a alimentação, material de transporte, transporte, sendo uma despesa tremenda com as duas turmas. O mesmo acontece com a escola primária.

Em sua opinião, considerou que não se trata tanto de despesas, mas sim de investimento.

Quanto à acção social considerou ter também um valor muito importante, e justificou-o com o facto de as pessoas que estão nos centros sociais, muitas delas a trabalhar em regime de voluntariado, se não forem apoiadas o melhor mesmo é pararem.

Voltou a frisar que estes investimentos são despesas correntes, não sendo despesas mas sim investimentos.

Em relação aos subsídios, referiu que a Câmara já está a fazer aquilo que o membro Carlos Abel sugeriu, porque como membro dos escuteiros, sabe que, a Câmara não lhes transfere nada sem que antes seja apresentado o seu Plano de Actividades.

Em relação às freguesias, realçou uma coisa que a seu ver, lhe pareceu importante, porque como Presidente de Junta sente que as obras que pediu, estão a ser feitas na sua freguesia, obras essas que são estruturantes, que se reflectem com benefícios para todo o concelho. Embora existam obras que não estão a ser feitas, como por exemplo nos bairros, que sendo zonas habitacionais encontram-se completamente degradadas há mais de vinte anos, como o caso do Bairro do Carvalhal.

Deixou um apelo ao Senhor Presidente para que tais obras se concretizem, porque só assim se irá reflectir o bem-estar das pessoas.

Quanto à questão da proposta levantada pelo membro Carlos Abel, referiu que nestas reuniões, têm também oportunidade de ouvirem as próprias Assembleias de Freguesia, porque as propostas são apresentadas por elas, e muitas vezes sabem que não têm competências para as fazer cumprir, porque não têm orçamento. Referiu ser importante no seu ponto de vista, as Juntas de Freguesia, poderem vir a fazer as suas reuniões antes das reuniões de Câmara.

Referiu não saber qual a solução para tal questão, porque em Julho parece-lhe muito cedo. Sugeriu uma reunião extraordinária como uma possível solução.

Terminou manifestando a sua satisfação para com o presente orçamento, pelos motivos que acabou de explicar.

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas. Pegando na intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vinhais, referiu que todos ficam satisfeitos por ter havido um consenso.

Em relação aos apoios às colectividades referiu que foram inscritos duzentos e cinquenta euros, para deixar a porta aberta, porque aquela que está inscrita na Câmara é-lhes pedido que apresentem, a tempo e horas, o plano de actividades, sendo que a maior parte deles não apresentam. Por essa razão, deixaram em aberto, para posteriormente terem possibilidade de mais tarde equacionarem melhor a situação, sendo que mais tarde, a maior parte não chega a levantar as referidas verbas.

Ao membro Carlos Abel, agradeceu os seus contributos, pedindo de seguida que reconsiderasse as suas palavras, quando diz que na Câmara existe uma contabilidade de mercearia. Garantiu ao membro Carlos Abel que, a contabilidade da Câmara é uma das

melhores que existe a nível de Câmara no país, porque os técnicos são altamente elogiados nas acções. Concorde que a contabilidade da Câmara não é aquilo que o membro Carlos Abel gostaria que fosse, mas quanto a isso não há nada a fazer.

O Senhor Presidente da Mesa em exercício passou a informar que após o período de discussão, o regimento prevê que haja cinco minutos distribuídos proporcionalmente para completar esclarecimentos.

Inscreveu-se o Senhor membro seguinte:

- Carlos Abel.

Tomou a palavra o membro Carlos Abel para informar que aquilo que falou anteriormente, relativamente aos subsídios, era no sentido de haver mesmo um regulamento. E para aqueles que não cumprissem, não apresentando o plano, não teriam direito à verba.

Quanto ao pedido para retirar as afirmações relativamente à contabilidade de mercearia, referiu que tem todo o respeito pelos comerciantes, não tendo a sua expressão, qualquer tipo de pejorativo.

Aproveitou o momento para também solicitar que o Senhor Presidente da Câmara retirasse a Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Nicolau, porque em Vinhais não existe nenhuma Freguesia de São Nicolau. Relembrou que há cerca de quatro anos solicitou que corrigissem tal engano. Razão pela qual, considera uma contabilidade de mercearia.

O Senhor Presidente interrompeu a intervenção, e numa atitude de diálogo afirmou que o membro Carlos Abel não conhece o concelho, razão pela qual não conhece a festa da aldeia de Candedo. O membro Carlos Abel terminou a intervenção referindo que ficou a saber, que o segundo nome da aldeia de Candedo, é São Nicolau.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, colocou à votação este ponto, tendo sido aprovado por maioria com dois votos contra dos membros Carlos Costa e António Miguel e três abstenções dos membros Carlos Abel, José Augusto Pinheiro, e Alfredo José Fernandes. Mais foi deliberado por maioria autorizar a abertura de procedimentos relativos a despesas que dêem lugar a encargos orçamentais em mais de um ano económico.

3 – Período reservado ao Público.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, em exercício, questionou o público presente, se alguém pretendia intervir neste ponto.

Ninguém manifestou intenção de intervir.

O Senhor Presidente da Câmara pediu para usar da palavra neste período no sentido de dar uma resposta, que lhe tinha sido solicitada, numa sessão anterior, pelo Senhor Doutor Duarte Lopes, solicitando esclarecimentos sobre o abaixo-assinado que as pessoas de Quintela fizeram, indignando-se contra o demolir de uma capela na aldeia de Quintela.

Recordou que este assunto já havia sido levado a uma reunião de Câmara por um Vereador, tendo sido tratada na comunicação Social, de uma forma que todos tiveram oportunidade de conhecer, e também por um membro desta Assembleia.

Mediante a intervenção do Doutor Duarte Lopes, solicitando informações sobre o desenrolar da situação, aquilo que lhe foi possível fazer foi, aguardar pela presente reunião para prestar esses esclarecimentos. Informou que aquilo que fez foi perguntar ao Senhor Presidente da Junta o que se passava com a referida capela, se ficava em cima ou se ia abaixo.

Tinha informado ter em sua posse um abaixo-assinado de vinte pessoas, que são da opinião que deve ficar capela em cima, e após a intervenção do Senhor Doutor Duarte, referiu ter também um abaixo-assinado com o dobro das pessoas a dizer capela em baixo.

Dito isto, referiu que não sabe o que irá fazer com a capela, porque há vinte que a querem em cima e quarenta que a querem em baixo. Adiantou ainda que aqueles que defenderam a capela em cima, agora defendem a “*capela em baixo*”, porque os assinantes são os mesmos.

Concluiu que este peditório terminou, e que a Câmara fará ali aquilo que muito bem entender, em colaboração com a Junta de Freguesia, porque quando o poder cai na rua, ou seja, quando não são as instituições a tratar dos assuntos, acontece isto. Porque quando os assuntos são tratados nos jornais de forma politqueira acontece aquilo que se vê.

Despediu-se desejando a todos um Bom Natal.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, antes de terminar, alertou os Senhores membros que os serviços da Assembleia continuam a funcionar no edifício situado em frente da Câmara Municipal, sendo que vários membros têm solicitado informação por via da Assembleia. Frisou ser esta a metodologia que todos têm e devem dignificar, por ser uma instituição a que todos pertencem. Incentivou mais uma vez para atitudes deste género.

Terminou desejando em nome da Mesa da Assembleia, a todos um Bom Natal.

Terminou a sessão era dezassete horas e trinta minutos.